

A QUESTÃO FUNDAMENTAL

Konilos Elaia¹

RESUMO: este texto consiste num ensaio filosófico que pretende servir de introdução à Filosofia. Sob a perspectiva da linguagem, propõe-se aqui apresentar a Filosofia na sua origem histórica como construtora do Ser, entre os discursos que fundamentam o senso comum e a vida religiosa. Dada a dificuldade de precisar o mito e a religião como “conhecimento”, tal como este termo cabe à Filosofia e à Ciência, esses quatro saberes são então classificados meramente como discursos explicativos da realidade. A fim de distinguir o discurso filosófico na sua relação com os demais, são analisados nove critérios pelos quais vislumbra-se caracterizar a Filosofia conforme as três problemáticas que, historicamente, lhe são fundamentalmente próprias: o problema fundacional do ser, o problema fundamental do conhecimento e o problema funcional do dever-ser. Disso resulta, pedagogicamente, a tradução de tais problemas em três questões básicas para o filosofar como exercício da sabedoria filosófica: *o que é; porque é; para que serve.*

PALAVRAS-CHAVES: Filosofia. Questões Fundamentais. Pensamento.

ABSTRACT: This text consists in a philosophical essay that intends to serve as an introduction to Philosophy. From the perspective of language, it is proposed here to present Philosophy in its historical origin as a constructor of Being, between the discourses that underlie common sense and religious life. Due to difficulty of specifying myth and religion as “knowledge”, as this term belongs to Philosophy and Science, these four types of knowledge are then classified merely as explanatory discourses of reality. In order to distinguish the philosophical discourse in its relationship with the others, nine criteria are analyzed by which it is envisaged to characterize Philosophy according to the three problems that, historically, are fundamentally specific to it: the foundational problem of being, the fundamental problem of knowledge and the functional problem of ought-to-be. Pedagogically, this result in the translation of such problems into three basic questions for philosophizing as an exercise in Philosophy: *What is it? Why is it this way? What is it for?*

KEYWORDS: Philosophy. Fundamental Questions. Thought.

¹ Pseudônimo de Professor Licenciado em Filosofia (UFRN, 1987); Mestre em Filosofia (UFPB, 2000).

INTRODUÇÃO

Presumivelmente, tudo começou quando o animal humano se apercebeu no mundo e se admirou de tanta diversidade. Perplexo com a imensidão e a complexidade, certamente a partir dos problemas que lhe afligiam a existência – as condições de sobrevivência, a morte como perda irreparável de um ente querido, assim como a perda de uma condição de prazer –, então ele percebeu a necessidade de explicar os acontecimentos em torno de si.

O que tal animal poderia pensar se não sentisse o prazer de saciar suas necessidades nem sofresse a dor pela perda dessa condição, ou seja, pela impossibilidade de saciá-las? Mas, além de sentir, é preciso perceber o que se sente. Então, do seu contato com o que lhe é exterior, ele cria o seu mundo interior: as sensações dão lugar às ideias. Então ele percebeu que a necessidade da vivência em grupo torna comum uma linguagem; que a convivência com outros grupos torna necessária a comunicação. Por isso, o que é percebido subjetivamente, as suas impressões individuais, precisam retornar ao mundo objetivamente, carecem de expressão. Daí ele fala: cria a palavra, ferramenta reveladora do invisível. Assim, o tangível e o visível, gerando-lhe o audível, transformaram-se no dizível: então, as coisas são nominadas, o perceptível à sua volta é abstraído e expresso em símbolos. A palavra, portanto, o coloca em contato com o invisível: a abstração. E eis que surge a dúvida: a capacidade de perguntar – o que é isto? Então, ele pensa.

A CONSTRUÇÃO DO SER

O medo da dor, e da morte como perda incompreensível, cujas consequências o animal humano busca nominar – assim como ao prazer das satisfações –, tudo isso lhe gera o desejo de conhecer e explicar o que lhe causa tais sensações. Percebendo-se implicado na diversidade que o rodeia, o animal, então, tenta explicá-la. Isto exige identificar alguma ordem, isto é, organizar o visível em torno de si através do invisível dentro de sua mente. Daí, servindo-se dos elementos concretos ao seu redor, ele os transpõe para fora do mundo das coisas, extrapolando o observável, o vivido, para assim o explicar. Ele vislumbra

origens, narra histórias, cria os mitos para revelar o desconhecido, gera um saber, cultua a vida despertado pela morte, reflete a existência, faz cultura, humaniza-se construindo o ser².

Assim os mitos apontam para o desconhecido como se o conhecessem. Mas isto bastava para resolver os problemas da vida em comunhão. Porque a necessidade de resolver problemas comuns é satisfeita com explicações baseadas na autoridade do temor pelo invisível. Pois este se manifesta na natureza: no Sol que ilumina e se esconde, no raio veloz que incendeia, na chuva que inunda mas fertiliza a terra, e nesta que consome, devora, mas que também provê o alimento, a subsistência. Tais fenômenos são, pois, explicados conforme a dependência que cada povo tem deles e a partir dos elementos concretos lhes relacionados.

E eis que a abstração da dor causada pelo outro foi denominada de “mal”, cuja origem o animal humano vislumbra na caixa de Pandora ou num animal como uma serpente, um gato etc., ou num fruto da região, o qual também pode representar o prazer, o desejo proibido, conforme cada povo. Entre os indígenas brasileiros, por exemplo, o Sol não seria mais que uma bola de fogo rodeada de penas de arara. Já entre os gregos, o fogo mesmo teria origem divina, assim como o ar vital (*πνευμα: pneuma*), o sopro que anima o homem (*ânima: alma*). A Terra seria mera criação dos deuses, os quais habitavam seus montes. A divindade, portanto, encontrava-se em todas as coisas, segundo alguns povos. Para outros, contudo, existia somente um deus em conflito com outros seres invisíveis que se manifestavam nas coisas.

Entre os gregos, porém, explicava-se tanto a origem do mundo material como a origem dos deuses, buscando-se a unidade do diverso. Hesíodo (séc. VIII a.C.), poeta camponês da Boécia, organizando as histórias que eram contadas oralmente em todos os cantos da Antiga Grécia, escreve em sua *Teogonia*: “primeiro que tudo houve o Caos, e

² Segundo Mircea Eliade, *o mito é sempre solidário da ontologia*, pois fala da criação de uma realidade manifesta (*O Sagrado e o Profano*, p.85).

*depois a Terra de peito ingente, suporte inabalável de tudo quanto existe*³. Para Demócrito (460-370 a.C.) também: “*quando da formação inicial do universo, o Céu e a Terra tinham uma forma única, porque a sua natureza era mista*”⁴. Quanto aos deuses, eram todos descendentes de Cronos⁵ (o Tempo) que devorava seus próprios filhos, até que Zeus tramou contra aquele pai terrível e assumiu o trono supremo, tornando-se eterno, superior ao tempo.

Daí, dentre tantas explicações geradas sob crenças particulares entre os tantos povos, há um em especial que, devido ao seu solo infértil, aventura-se ao mar em busca das condições de sobrevivência em outras terras e assim conhece a diversidade: outras crenças, outras explicações para os mesmos fenômenos. Os invisíveis, então, se entrechocam, embora o visível permaneça o mesmo. As explicações são diferentes para os mesmos fenômenos, segundo a percepção distinta dos povos. Em qual, então, acreditar? Qual seria a verdadeira? Como saber qual é a certa? Não seria possível pensar outro modo de explicar unitariamente o mundo tão diverso? Como?

Primeiro seria necessário abrir mão das crenças que, embora já tão arraigadas, se chocavam com aquelas de outros povos. Pois algo dizia que apesar de toda a diversidade de coisas, o semelhante provinha do semelhante em qualquer tempo ou qualquer lugar. E em sendo assim, dever-se-ia supor que os semelhantes originários, diferentes entre si, também deveriam ter uma causa comum, única. Mas como justificar isso?

Eis que os gregos fundam a razão (*logos*), uma disposição comum a todo ser humano, que lhe possibilita pensar e compreender o mundo e que, aliás, permitira-lhe criar a linguagem (*logos*), pela qual ela expressa o que consegue abstrair das percepções que os

³ *Apud* Tiago Adão Lara. *A Filosofia nas suas origens gregas*, p. 44; extraído por sua vez de Cornford: *Principium Sapientiae*; 1981; p. 315. Hesíodo (2001, 107) *Canto I*, 44.

⁴ *Ibidem*; p. 45.

⁵ *Teogonia* 453-506, citado por Platão: *República II* 378a.

sentidos têm das coisas à sua volta. E com a razão, surge também a Filosofia como um novo saber que, baseado naquela, problematiza todo discurso explicativo vigente.

DISCURSOS EXPLICATIVOS DA REALIDADE

Como, desde o seu surgimento no século VI a.C., a Filosofia (*φιλοσοφία: philosophia*) tem se distinguido dos mitos (*μῦθος: mithos*; narrativa), que é um saber fantástico, imagético, estruturado em elementos concretos da realidade vivida e fundador de crenças religiosas com base no temor pelo invisível, esse saber foi substituído por aquele abstrato porquanto racional e totalizante; e considerando que nos séculos XVI e XVII d.C. ela também sofreu do mesmo mal, destronada pela sua cria (tal como Cronos por Zeus), a emergente ciência moderna, também racional, porém não mais totalizante, mas matematizada e experimental; pode-se depreender daí que ela, assim como a Mitologia, a Teologia e a Ciência, não é mais que um saber sobre o mundo, isto é, ela é mais um discurso explicativo da realidade, um tipo de conhecimento, uma disciplina, uma atividade com funções características e um modo peculiar de abordagem daquilo que constitui a sua matéria-prima de trabalho: explicar o real em sua totalidade, ou seja, pensar o Ser. Faz-se mister, portanto, caracterizar melhor esse modo próprio de produzir conhecimento e a função lhe inerente.

Sobre o discurso mítico

Primeiramente, contrapondo-a aos mitos, pensemos que a Filosofia se distingue pela sua universalidade. Com a Mitologia, observa-se que o discurso mítico tenta explicar a realidade de modo um tanto pitoresco, particular, haja vista estruturar tal pensamento sobre coisas concretas da sua realidade local, comum a um povo. Com a Filosofia, até por diagnosticar díspares explicações míticas para um mesmo fenômeno, busca-se, então, explicar a realidade de modo universal, vendo-a como um todo, apreensível conceitualmente, numa mesma forma, válida em qualquer tempo ou lugar.

Considerando o testemunho dos primeiros filósofos, desde Tales de Mileto (séc. VI a.C.), aquele com quem a Filosofia teve início, segundo Aristóteles⁶, até Anaxágoras (séc. V a.C.), o qual levou para Atenas esse saber que nascera nos arredores da Magna Grécia, talvez possamos afirmar que Mito e Filosofia andaram juntos por muito tempo, tendo um como função educar seu povo, e a outra, explicar a realidade. Basta lembrar que todos aqueles filósofos continuaram servindo-se dos mitos, inclusive Platão, que reconhece no mito uma ferramenta pedagógica para educar os homens em imaginação⁷.

Entretanto, como os mitos explicavam diversos fenômenos da realidade natural e humana, a Filosofia questiona tais explicações e retoma a realidade como sua matéria-prima, repensa-a, empreendendo uma verdadeira investigação em busca dos fundamentos racionais da realidade material, constituindo-se assim num saber dos primeiros princípios ou das últimas causas. Eis que nesses termos ela se firma em Platão e Aristóteles (séc. IV a.C.). E assim ela encerra a Idade Antiga e atravessa toda a época medieval da História da Razão no Ocidente.

Sobre o discurso teológico

Na Idade Média, porém, a Filosofia se presta a fundamentar a Teologia, cuja matéria-prima é o divino como fonte única e inquestionável de toda a realidade⁸. Observe-se que este saber, nada novo, pois aperfeiçoado dos mitos (*Rep.* II, 379a), haja vista fundamentar-se naquelas antigas crenças oriundas do temor pelo invisível (*Rep.* II, 381d), estrutura-se não mais em elementos concretos particulares, mas em experiências singulares com pretensões universais. Contudo, a Filosofia também não dispensa tal objeto, arriscando-se a questionar o inquestionável, a fundamentar o que seria o fundamento, constituindo-se, pois, num saber cuja função já não é educativa, tampouco de explicação da

⁶ *Metafísica* I, 3 983b20.

⁷ *República* II, 376d.

⁸ Emblematicamente, o filósofo Anselmo de Cantuária (1033-1109) inicia a sua investigação sobre *A Verdade* assumindo como premissa: “*uma vez que nós cremos que Deus é a verdade ...*” (p. 145).

realidade, visto que esta tarefa se encontrava sob o domínio do discurso teológico⁹. Assim a Filosofia se torna um discurso de justificação do transcendental no humano, a serviço da Igreja Católica¹⁰, a então detentora do poder e do saber.

Sobre o discurso científico

Nos séculos XVI e XVII, entretanto, surge um novo tipo de conhecimento que reclama para si a verdadeira e última explicação da realidade, uma vez que, embora derivada da Filosofia, a Ciência restringe-se ao estudo de uma realidade particular, ou seja, de uma parte da realidade sobre a qual pode aprofundar-se, e de um modo também específico sob a exigência de um método, às vezes experimental, às vezes matemático ou ambos¹¹.

Destronada, então, a Filosofia assume como matéria-prima não mais a realidade, haja vista desta se encarregar a Ciência; mas, sim, o discurso científico sobre o real. Sua função, portanto, é questionar tal conhecimento, de modo a fundamentá-lo como seu mais novo produto, ou mesmo legitimá-lo como sua mais nova cria.

Com o surgimento de novos problemas, derivados das mudanças sociais, o século XIX é marcado pela fundação das chamadas Ciências Humanas, sob a pretensão de explicar os fenômenos do mundo propriamente humano, cultural, valorativo, haja vista o mundo natural encontrar-se em plena explicação pelas Ciências Naturais: Física, Química e Biologia. Aguça-se, então, o debate sobre a questão do método como critério de legitimação do conhecimento científico. Entretanto, a proliferação desse saber baseado na racionalidade moderna visando ao progresso social, colocou à Filosofia algumas novas questões no âmbito do valor. Se à Ciência cabe a descrição da realidade, o diagnóstico e a explicação dos fenômenos naturais e humanos, isto é, a investigação sobre os seres em particular, sobre partes da realidade, à Filosofia resta questionar – se não sobre o ser, então – sobre o

⁹ “Durante a Idade Média vigora concepção sacral e teológica” diz Tiago Adão Lara (1999, p. 31).

¹⁰ Em sua *Redução das Ciências à Teologia*, o filósofo italiano São Boaventura (1217-1274) entende o conhecimento filosófico como a “luz interior” pertinente “à verdade intelectual”, submetida à “luz superior”, que é “a luz da graça e da Sagrada Escritura (...) que se refere à verdade da salvação” (De Boni, 2000, p. 204).

¹¹ Wolfgang Stegmüller (1977) *A Filosofia contemporânea*, p. 5.

dever-ser, sobre a possibilidade de mudança, o devir, o fundamento do poder ser diferente.

Sobre o discurso filosófico

Nesses termos, parece plausível inferir que a Filosofia tornou-se tão plural quanto a realidade desmembrada em seus problemas. Sua tarefa, portanto, parece ora assumir a análise do discurso científico, ora investigar a fundamentação dos valores, como seu novo objeto de trabalho. Para os defensores do papel analítico da Filosofia sobre o discurso científico, os valores só consistem em objeto de investigação filosófica enquanto pronunciados numa linguagem. Para os outros, contudo, a sociedade humana criou tantos valores que até interferem na produção do conhecimento científico, o que impede que este os tome como objeto, recaindo, portanto, sobre a Filosofia a problematização da racionalidade moderna como mais um valor criado. Eis, a meu ver, a função da Filosofia hoje.

Então, o que é filosofia, afinal? Ora, uma vez que a sua função variou com o seu objeto em cada época, talvez ainda não esteja tão claro o que ela realmente é. Contudo, considerando essa caracterização do discurso filosófico no que diz respeito à sua abordagem sobre o objeto dos outros discursos e em relação ao modo como eles o abordam, observa-se preservada sempre a exigência do problematizar em busca de fundamento a partir do que se vislumbram três problemáticas fundamentais, lógica e historicamente determinadas, como sendo o objeto de estudo propriamente da Filosofia: o problema fundacional do ser, o problema fundamental do conhecimento e o problema consequencial do dever-ser, ou dos valores que fundamentam a prática humana.

AS PROBLEMÁTICAS DA FILOSOFIA

Desde o seu surgimento a Filosofia tem se caracterizado por três problemáticas que constituem a tematização de três grandes problemas propriamente filosóficos, visto não se darem em outro âmbito a não ser no deste conhecimento. Tais problemas caracterizam-se, a

meu ver, por guardarem certa correspondência lógica e cronológica enquanto objeto do pensamento, isto é, enquanto pensados.

É possível observar que o exercício sistemático do filosofar tem, lógica e historicamente, a necessidade da investigação sobre o ser, seguida da problematização do conhecimento e perseguida pelo questionamento do dever-ser. Isto nos permite uma esquematização da História da Filosofia identificando suas épocas Antiga e Medieval com a problemática do ser; a Moderna, a partir de Francis Bacon (1561-1626) e René Descartes (1596-1650), é identificada com a problemática do conhecimento; e a nossa época identifica-se com a problemática do dever-ser, do questionamento dos valores, a partir da crítica radical¹² empreendida por Friedrich Nietzsche (1844-1900) à propalada modernidade.

Claro que, sendo isto uma esquematização histórico-filosófica baseada em três problemáticas fundamentais, alguns filósofos lhe escapam ou se misturam. Certamente tal imprecisão deve-se ao fato de que a produção objetiva do pensamento filosófico se deu dialeticamente a partir dos problemas postos pela realidade sócio-histórica, mas sobre o modo como outros filósofos os abordaram.

Filosoficamente, tudo começou com Parmênides (530-460 a.C.) e Heráclito (500-450 a.C.), sobre a questão do Ser e do Devir¹³, a partir de cujos pensamentos Platão (428-348 a.C.) e Aristóteles (484-322 a.C.) retomaram, respondendo-lhe cada um a seu modo e o legando aos nossos dias, passando quase incólume pela Idade Média, dada a necessidade de razão e fé se reconciliarem sob a égide do poder religioso. Na Idade Moderna, contudo, o contexto social impõe a busca de fundamentos do conhecimento científico¹⁴, pelo qual se justificaria a ascensão da então nova classe social – a burguesia –

¹² “Não passa de um preconceito moral, que verdade tem mais valor do que aparência (...) o filósofo adquiriu aos poucos um direito ao ‘mau caráter’, como o ser que até agora sobre a terra foi sempre o melhor ludibriado – ele tem o dever da consciãncia ...” (§ 34 de *Para Além de Bem e Mal*).

¹³ Conf. *Os Pensadores originários*, texto e tradução de Emanuel Carneiro Leão.

¹⁴ O XXXII aforismo do *Novum Organum* de Francis Bacon diz: “a glória dos antigos, como a dos demais,

contra o clero medieval. Daí, dentre tantos, despontam Francis Bacon, René Descartes, David Hume (1711-1776) e posteriormente Immanuel Kant (1724-1804) e Georg Hegel (1770-1831). Estes assumem como problema fundamental a possibilidade do conhecimento do Ser. No seio da modernidade, porém, aflorados os problemas humanos – sociais, políticos, éticos, religiosos e estéticos –, para os quais as ciências modernas não tinham resposta, a Filosofia, então, revê a problemática do conhecimento visando à dos valores, através de pensadores como Karl Marx (1818-1883) com a exigência do agir humano na transformação do ser social, Edmund Husserl (1859-1938) resgatando de Descartes a subjetividade pela categoria da intuição eidética, e Nietzsche com a transvaloração dos valores da modernidade, cujo contexto sócio-histórico pulveriza tal problemática em múltiplas abordagens entre tantos filósofos quanto são os problemas vivenciados.

Essa identificação histórica das problemáticas, no entanto, não significa que os problemas da época anterior tenham sido superados, tampouco que os problemas da época seguinte não tenham sido cogitados. Porquanto basta lembrar Martin Heidegger (1889-1976), que já no século XX, retoma o ser como problema mal resolvido¹⁵, assim como Platão e Aristóteles (séc. IV a.C.) já cogitavam tanto sobre o conhecimento quanto sobre os valores da práxis humana. Todavia, parece-nos razoável que determinada problemática apenas se sobrepõe às demais em certas épocas, dadas as suas condições de existência.

Problema do ser

No tocante à correspondência lógica entre esses problemas, podemos compreender como fundamentalmente necessário primeiro pensar-se sobre os entes, buscar o ser das coisas: questionar sobre o que elas são, o porquê da sua existência. Este tipo de reflexão é o

permanece intata, pois não se estabelecem comparações entre engenhos e capacidades, mas de métodos. Não nos colocamos no papel de juiz, mas de guia” (1984, p. 19).

¹⁵ A questão posta em sua obra *O que é Metafísica* serviu de inspiração para essa reflexão sobre a questão fundamental. Contudo, apesar de Heidegger indicar a questão do Ser como sendo a questão fundamental, prefiro pensar tal problemática como prioritária e fundacional, uma vez que, ontologicamente, ela funda o Ser, mas o seu fundamento exige a epistemologia, como questão do conhecimento.

que expressa a problemática do Ser, chamada filosoficamente de Ontologia (οντος = *ontos*: ente, ser; λογος = *logos*: discurso racional, estudo, tratado), Teoria do Ser, ou também Metafísica, (μετα = *meta*: além, φυσικς = *physis*: natureza) estudo sobre o que está além da natureza física.

Num primeiro momento, é preciso explicar as coisas que constituem a realidade, dizer o que elas são, apreender o seu ser, buscar sentido para a sua existência... qual a sua causa, qual o seu fim. Isto se estende filosoficamente ao Ser, ao real, ao princípio de tudo, do mundo, do universo, da realidade como um todo. Somente após se pensar sobre o Ser, enquanto o real como um todo, a realidade total, isto é, uma vez concebido um princípio primeiro, um *arquê* (αρκε) uma explicação do que as coisas são, então se pode passar à problemática seguinte.

Problema do conhecimento

Uma vez definido o ser das coisas é que se pode questionar como é possível conhecê-las, como alcançar o seu ser, como se pode dizer o que ele é realmente, o que ele é de verdade; qual a validade de uma afirmação de algo sobre alguma coisa? Este tipo de reflexão expressa, pois, a problemática do conhecimento.

No entanto, tomando-o como problema, isto é, como objeto filosófico, problematizando-o, novamente recai-se no problema do ser, haja vista a pergunta pelo seu ser: o que é isto – o conhecimento? Como ele acontece? Qual a sua origem? Qual o seu fundamento? É possível, realmente, conhecer? Esse é o campo de estudos da Teoria do Conhecimento ou Gnosiologia (γνωσις = *gnosis*: conhecimento) ou Epistemologia (επιστημη = *episteme*: conhecimento rigoroso, ciência), quando se reporta ao conhecimento científico, que toma, geralmente, a Lógica como instrumento.

Problema do dever-ser

Do mesmo modo, antes de se entender como respondidas tais questões não se pode

adentrar a problemática do dever-ser, pois esta supõe já conhecido o ser das coisas, das quais perguntamos, então, sobre o que elas devem ser, uma vez consideradas imperfeitas no seu modo atual de ser, de manifestar-se, isto é, inválidas na forma como estão sendo, uma vez que nada garante haver qualquer necessidade natural para que assim sejam. Para validá-las, para atribuir-lhes valor positivamente, é preciso, então, modificá-las, realizá-las, atualizar a sua potência de transformação, de vir-a-ser, de devir; dar-lhes uma forma real, efetivar o seu ser.

Claro que isto pressupõe já uma concepção ontológica: que o ser dessas coisas não é imóvel, imutável; que elas não são tais por natureza, por uma necessidade própria do seu ser; que não estão prontas e acabadas, mas que *estão sendo*, isto é, estão em movimento, por alguma necessidade externa a elas, podendo serem transformadas conforme determinada concepção e o valor que lhes é atribuído. Essa problemática caracteriza o campo de estudo dos valores, Axiologia ($\alpha\chi\iota\omicron\varsigma$ = *axios*: valer). E se refere propriamente ao âmbito da chamada realidade humana, isto é, não natural; aquela que faz valer, pois cria valor, ou seja, o campo da ação ($\pi\rho\alpha\chi\iota\varsigma$: *práxis*) resultante de deliberação, que pressupõe liberdade, escolha, interesse, valoração. No entanto, a problematização do valor também recai no problema do ser: o que é isto – o valor? Como e por que o valor vale? Qual a origem dos valores? Qual o seu fundamento?

A rigor, o problema do ser é a base de todos os outros, pois é a questão mesma de fundação do ser, sendo primordial e fundante em relação aos demais problemas; por isso, pressuposto por eles, se tomados separadamente, nem que seja como supostamente resolvido, como questão respondida, não problemática. Contudo, esse *status* também é estendido ao problema do conhecimento em relação ao problema do dever-ser. Este, porém, pressupõe sempre os anteriores e carece deles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os manuais de introdução à Filosofia têm, geralmente, tratado o mito e a religião como conhecimentos, tais como a Ciência e a Filosofia. Entretanto, já desde a sua origem, ao buscar firmar-se como *episteme*, isto é, como conhecimento rigoroso, distinguindo-se da *doxa*, ou seja, da mera opinião assentada em crenças não fundamentadas racionalmente, a Filosofia tem problematizado tais saberes em vista dos seus fundamentos, para além da sabedoria neles existente, visto que o saber mítico se presta a um senso comum na educação da vida prática e o saber teológico é o guia da prática religiosa.

Assim, considerando a sabedoria reconhecida nos quatro modos de explicar o mundo vivido, preferi nominá-los todos como discursos explicativos da realidade. Isto porque às explicações míticas ou teológicas não cabe aplicar o termo “conhecimento”, devido à falta de rigor quanto ao método ou ao fundamento racional desses saberes. Todavia, num exercício de reflexão sobre a questão fundamental em torno desses discursos explicativos, é possível identificá-los, pedagogicamente, sobre alguns aspectos, tais como: a forma como cada discurso é falado, o conteúdo do que é dito, o objeto de interesse da fala, a finalidade para quem se fala, o escopo do que é dito, o caráter metodológico do saber, o seu caráter epistêmico, a atitude do agente do discurso e a peculiaridade do saber.

Análise dos critérios de classificação dos discursos

Quanto à forma, observa-se que o discurso mítico é narrativo, visto que ele sempre conta uma história para explicar a origem do fenômeno percebido; enquanto o discurso teológico é prescritivo, pois determina uma prática de vida distinta na qual ele se realiza ou sem a qual ele perde o sentido. O discurso científico, por sua vez, é descritivo, uma vez que ele descreve a relação de causa e efeito pela qual o fenômeno explicado acontece. E o discurso filosófico é demonstrativo, posto que ele se vale apenas do significado dos conceitos utilizados, demonstrando sua verdade pela relação lógica entre os termos.

Quanto ao conteúdo, o que é dito pelo mito é fantasioso, assentado sobre uma

relação mágica; enquanto o discurso teológico fala do sagrado, numa relação transcendental; o científico se constitui em sistema, sobre uma relação causal; e o filosófico trata de fundamentação, numa relação conceitual.

O discurso mítico tem por objeto a gênese dos fenômenos, isto é, ele se interessa pela origem num tempo imemorial para explicar um fenômeno local; enquanto o saber teológico se interessa pelo divino nessa origem. O saber científico, então, se interessa pelo próprio fenômeno como acontecimento, enquanto efeito de uma causa natural ou humana. Mas o objeto do saber filosófico é o significado da linguagem, isto é, o sentido das palavras usadas para expressar o pensamento sobre os fenômenos na sua totalidade.

Quanto à finalidade, vale observar que o discurso mítico se destina à educação de uma comunidade familiar ou social. O discurso teológico visa à salvação do indivíduo. O discurso científico tem por fim a previsão de novos acontecimentos do fenômeno estudado. E a finalidade do discurso filosófico é racionalizar a compreensão do fenômeno pensado em sua relação com a realidade total.

Com base na finalidade, assentada no objeto, no conteúdo e na forma, cada discurso tem seu escopo limitado a certa capacidade mental correspondente ao meio social vivido. Assim, o alcance do discurso mítico é a vivência em grupo familiar ou comunitário. O alcance do que é dito pelo discurso teológico limita-se ao indivíduo religioso. O escopo do discurso científico, porém, assim como do filosófico, tem pretensão universal, isto é, sua compreensão é válida em qualquer tempo ou lugar.

Isto porque o caráter metodológico do discurso mítico é analógico, no sentido de que ele é formulado com base em analogias, relações alegóricas com objetos concretos. O discurso teológico, por sua vez, é revelacional, posto que se baseia numa suposta revelação divina ao indivíduo. O discurso científico é experimental, visto que a verdade científica se baseia em verificação metódica. E o discurso filosófico é analítico, uma vez que lhe é imprescindível a análise da linguagem.

Revista de Ciências Humanas da FAFIC/UERN	Ensaio	ISSN 1234.5678	DOI 98.7654/3210.0987.6543.2109
---	--------	----------------	---------------------------------

ELAIA, Konilos

Quanto ao caráter epistêmico, isto é, a capacidade explicativa de cada discurso, o saber mítico é reconhecível como superficial, dado o seu caráter metodológico carecer da vivência comunitária para apreender a origem expressa no seu conteúdo fantasioso. Nesses termos, o saber teológico é prático, visto que determina uma prática religiosa, sem a qual tal discurso não tem sentido. O saber científico é específico, dada sua especialização em parte específica da realidade natural ou humana, tal como a Física, a Química, a Biologia, ou a Antropologia, a Sociologia, a Economia etc.. O saber filosófico, então, é totalizante, visto que ele busca a totalidade do ser na explicação da realidade como um todo.

É possível também identificar cada discurso pela atitude do seu agente, mediante a credulidade, para o sujeito de mentalidade mítica; a certeza, para o religioso; a comprovação, para o cientista; e a dúvida ou reflexão, para o filósofo.

E por fim, mas não menos importante pedagogicamente, cada discurso tem sua própria configuração assentada nas demais características explicitadas aqui, visto que, por ser crédulo, o saber mítico é superficial, uma vez que é vivencial, carente de analogia que se preste à educação de uma comunidade, através de narrativas fantasiosas sobre a origem dos fenômenos, o que o torna imediatista. Isto é: vale, pedagogicamente, como resposta imediata às primeiras indagações de uma mente ingênua. Pela atitude de fé em sua certeza na verdade revelada pelo divino a certo indivíduo a fim de salvá-lo por uma relação transcendental prescrita à sua prática, o saber teológico é dogmático: fechado em si mesmo. O saber científico, porém, é verificável, dada a exigência de comprovação experimental sobre a descrição da relação de causa e efeito pela qual é possível prever, universalmente, novo acontecimento de um fenômeno específico. Nesses termos, o saber filosófico é crítico, dada a atitude de dúvida ou reflexão do filósofo que o leva a analisar o sentido da linguagem explicativa, demonstrando sua relação conceitual numa visão racionalmente totalizante e, por conseguinte, universal.

Questões básicas do filosofar

Em síntese, gosto de pensar e arrisco dizer, pedagogicamente, que o exercício da Filosofia se assenta em três questões fundamentais, traduzidas em três perguntas básicas: 1) *o que é?* – que indaga pelo ser –, cuja resposta é fundacional: funda o ser, e coincide com a causa formal na ontologia de Aristóteles. 2) *Por quê?* – questiona a fundação do ser, sobre a qual requer fundamento, correspondente à causa material. 3) *Para quê?* – pergunta pela finalidade do objeto ou pelas consequências da resposta, o que remete à causa final aristotélica.

1) *O que é – isto, quer dizer: essa coisa que chamamos por tal nome – ?* Esta é a pergunta primordial e propriamente filosófica, pois remete ao ser da coisa. Sua resposta, porém, pode permanecer na superficialidade, induzir à certeza, à verificação ou à reflexão.

2) *Por que se diz que tal coisa é de tal forma?* Esta pergunta denota um estágio mental mediato, isto é, mediado pela observação da relação entre a resposta e outros elementos constitutivos do objeto questionado, o que obriga a extrapolar a credulidade, apelando-se à comprovação ou à demonstração lógica.

3) *Para que serve tal coisa?* Embora remeta à condição prática, por questionar sobre a função ou finalidade do objeto ou fenômeno visado, teoricamente, no entanto, diz respeito à questão dos valores, visto que a causa final ou funcionalidade de uma coisa remete à sua utilidade, o que diz respeito ao âmbito dos valores. Filosoficamente, contudo, esta questão é bidimensional: no âmbito da prática, ela pertence à dimensão praxiológica, isto é, da ação humana e suas consequências, para cuja resposta suscita-se o retorno à questão do *porquê*. No âmbito teórico ela pertence à dimensão axiológica, ou seja, do questionamento sobre o ser dos valores, cuja resposta remete à questão primordial sobre o Ser: *o que é isto – que chamamos valor?*

E assim, reflexivamente, a Filosofia se realiza no exercício de questionar e tentar responder racionalmente sobre essas três questões fundamentais para o viver entre os seres – humanos e naturais – como constituintes do Ser, ou seja, do real em sua totalidade, nos

Revista de Ciências Humanas da FAFIC/UERN	Ensaio	ISSN 1234.5678	DOI 98.7654/3210.0987.6543.2109
---	--------	----------------	---------------------------------

ELAIA, Konilos

âmbitos fundacional, fundamental e funcional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANAXIMANDRO, PARMÊNIDES, HERÁCLITO. *Os Pensadores originários*. Tradução: Emanuel Carneiro Leão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999 (Pensamento Humano: bilíngue).

ARISTÓTELES, *Metafísica*. trad. do grego: Giovanni Reale. Trad. do italiano: Marcelo Perine. São Paulo: Loyola, 2002 (bilíngue).

ANSELMO DE CANTUÁRIA. *A Verdade*. Trad. Ruy Afonso da Costa Nunes. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979 (Col. Os Pensadores).

BACON, Francis. *Novum organum*. Trad. José Aluysio Reis de Andrade. 3 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os Pensadores).

DE BONI, Luís Alberto. *Filosofia medieval: textos*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000 (Col. Filosofia, 110).

ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o profano: a essência das religiões*. Trad. Rogério Fernandes. 3 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010 (Biblioteca do pensamento moderno).

HEIDEGGER, Martin. *Que é metafísica*. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

HESÍODO. *Teogonia: a origem dos deuses*. Tradução: Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 2001 (bilíngue).

LARA, Tiago Adão. *Caminhos da razão no ocidente: a filosofia nas suas suas origens gregas*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1989 (Curso de História da Filosofia).

LARA, Tiago Adão. *A Filosofia ocidental do renascimento aos nossos dias*. 6 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999 (Curso de História da Filosofia).

NIETZSCHE, F. *Para Além de bem e mal*. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho. 4 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1987 (Col. Os Pensadores).

PLATÃO. *A República*. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira. 6 ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1990.

STEGMÜLLER, W. *A Filosofia contemporânea*. São Paulo: EPU, 1977.